



# A INFLUÊNCIA DA MISSÃO NAVAL AMERICANA PARA O BRASIL.

Dino Willy Cozza

---

Trabalho elaborado para o "19º Colóquio de História Militar",  
realizado em Istambul, Turquia, no período de 17 a 27.07.93.

Comenta a influência da Missão Naval Americana para o Brasil, no  
período entre as duas guerras mundiais, e suas conseqüências sob os  
pontos-de-vista político, social, econômico e militar.

---

## O PODER NAVAL DOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA ATÉ 1918.

O poder naval dos Estados Unidos da América (EUA) cresceu de importância, desde o início da história do país, à medida que os assuntos internos e externos foram tomando vulto. Pode-se até afirmar que o corolário é a verdade. As políticas de relações exteriores e naval apoiaram-se mutuamente.

Todavia, em 1898, a concepção de uma esquadra americana de combate estava ainda na infância. Como resultado

da Guerra Hispânica e os ensinamentos do capitão-de-mar-e-guerra Alfred Thayer Mahan, foi aceita oficialmente a doutrina de comando do mar. As possessões além-mar e as políticas mundiais projetaram o poder naval norte-americano em esferas geográficas de outras grandes potências, especialmente o Japão. O desenvolvimento da esquadra sob Theodore Roosevelt produziu repercussões internacionais.

A adoção, em 1916, de novo padrão de poder possibilitou uma disputa naval com o Reino Unido. E a derrota da Alemanha potencializou o perigo de uma luta anglo-americana pela supremacia

do mar. A guerra na Europa destruiu o equilíbrio do poder no Extremo Oriente, estimulou o imperialismo japonês, e deixou os EUA, ao menos temporariamente, como o principal guardião dos interesses ocidentais na Ásia oriental.

O advento da Grande Guerra forçou um surto de mentalidade naval dentro dos EUA, apesar da política de neutralidade do Presidente Wilson. Em contrapartida, a grande batalha naval travada reduziu as marinhas da Alemanha e da Inglaterra de algumas centenas de milhares de toneladas, cada. E, por uma das irônicas voltas da história, a esmagadora vitória dos Aliados (tornada possível pelo apoio financeiro, militar e naval americano) destinou-se, em conjunção com o desenvolvimento naval projetado pela Lei de 29 de agosto de 1916, para completar o sucesso das políticas naval e de relações exteriores dos EUA.

A marinha britânica teve uma brilhante participação na Primeira Guerra Mundial. Mas, para o poder naval dos EUA, ficou patente que o isolacionismo não era mais compatível com sua posição mundial. Embora, em onze de novembro de 1918, a Grande Esquadra Britânica fosse imensuravelmente a mais poderosa na história da Grã-Bretanha, a Inglaterra parou de reger as ondas, ao menos no sentido que tinha nos dias de Nelson.

Agora, os EUA não eram somente uma grande potência, e sim a maior potência. Na conferência de Washing-

ton (1921-1922), a Grã-Bretanha reconhecia a igualdade de poder dos EUA no mar.

### **RELAÇÕES POLÍTICAS ENTRE O BRASIL E OS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA NO PERÍODO ENTRE A PRIMEIRA E A SEGUNDA GUERRA MUNDIAL.**

Desde 1823, a Doutrina de Monroe tinha objetivado a preservação do continente americano da correspondente intervenção de outras potências fora das Américas. A Primeira Conferência Internacional Americana realizou-se em Washington, em 1889, dela resultando a União Pan-Americana.

No tocante ao Brasil, os Estados Unidos da América foi o primeiro país a reconhecer a independência. De um modo geral, as relações políticas entre os dois países sempre foram amistosas. Somente há registro de dois rompimentos diplomáticos. O primeiro, no caso Henry A. Wise (1846-1847), e depois no caso Webb, em 1869. Já em abril de 1913, quando do rompimento das relações diplomáticas entre os EUA e o México, foi a legação brasileira na capital mexicana que passou a representar os interesses de Washington.

Após o término da Primeira Guerra Mundial, o Brasil tinha três problemas internacionais a serem resolvidos de imediato. O primeiro era a sua par-

ticipação nas conferências preliminares da paz, onde se assentariam as bases do Tratado de Versalhes. O segundo era o número de delegados que caberia ao Brasil na conferência plenária da paz. E o terceiro era a inclusão do Brasil no primeiro Conselho Executivo da Liga das Nações. Havia uma forte oposição à participação do Brasil por parte da França e da Inglaterra, especificamente por parte de Clemenceau e Lloyd George. Mas graças à influência pessoal de Domicio da Gama, ministro das relações exteriores de 15 de novembro de 1918 a 28 de julho de 1919, junto ao Presidente Wilson, e do secretário de estado interino Polk, o Brasil foi tratado em igualdade de condições com a Sérvia e com a Bélgica, que foram grandemente sacrificadas com a guerra. O chefe da delegação brasileira à conferência da paz foi Epitácio Pessoa, mais tarde presidente do Brasil, que sentiu o tratamento discriminatório dado pelas cinco potências vitoriosas aos representantes das demais nações. Porém, em 10 de janeiro de 1919, o secretário de estado interino Polk, em telegrama a Lansing, na Comissão de Negociação da Paz, em Paris, pleiteava que o Brasil recebesse um tratamento privilegiado, entre outros motivos, porque fora a única potência na América do Sul que realmente declarou guerra aos alemães e deu assistência material aos aliados; cooperou ativamente, enviando à Europa uma Divisão Naval (Divisão Naval em Operações de Guerra — DNOG); e mantivera-se leal

aos Estados Unidos da América em praticamente todas as questões que surgiram na América do Sul. A presença do futuro presidente Epitácio Pessoa em Versalhes, as dificuldades encontradas por ele por parte dos franceses e ingleses e o apoio dos norte-americanos viria, em futuro próximo, auxiliar a criação da Missão Naval Americana no Brasil, fazendo pender o braço da balança em favor dos EUA — conseqüentemente contra a Grã-Bretanha. Outro aspecto que confirma a importância dos conhecimentos pessoais na política, diplomacia e comércio, foi a opinião particular do presidente Epitácio Pessoa sobre o capitão-de-mar-e-guerra Carl T. Vogelgesang, da Marinha dos EUA, por quem tinha admiração. A indicação de Vogelgesang para liderar a Missão Naval facilitou o contrato com os EUA.

Na conferência em Washington, no início de 1922, o governo brasileiro reviveu a idéia da indicação de uma missão naval estrangeira. Em 2 de março de 1922 o Presidente Epitácio Pessoa autorizou o ministro Veiga Miranda a dar os primeiros passos no sentido de concretizar a contratação de uma Missão Naval Americana (MNA). Efetivamente, “a influência norte-americana já se fazia sentir, graças aos mestres chamados para a Escola Naval de Guerra, mestres que, como era natural, propagavam métodos de seu país, em moldes de organização prática que nos têm sido sobremaneira úteis e proveitosos”, afirmava Veiga Miranda, no

seu relatório de outubro de 1922.

Foi exatamente na Escola Naval de Guerra, futuramente Escola de Guerra Naval, que o Chefe da MNA, contra-almirante Carl Theodor Vogelgesang, ganhou a estima dos brasileiros, no período de 30 de janeiro a 11 de novembro de 1918.

Os oficiais da Marinha do Brasil mais graduados eram a favor de uma missão britânica, mas a maioria dos oficiais jovens era pró-americanos, como sabemos pela comunicação de Schurz para Klein, em 17 de abril de 1922 (Herbert Hoover Presidential Library, Hoover Papers, Commerce, Box 152). Já em 1919, os britânicos retiraram o Esquadrão Naval, na América do Sul. Após, os contratos para reparar os encouraçados *Minas Gerais* e *São Paulo* nos EUA foram executados.

Mesmo durante a guerra houve um importante precedente a favor dos norte-americanos. Em função da indisponibilidade de pessoal inglês, o Brasil, pela primeira vez, requereu à Marinha dos EUA para enviar instrutores especialista. E Hughes deu a sua aprovação para uma missão americana. Rotineiramente, porém, passou o assunto para a Marinha. E um desentendimento entre oficiais em Washington e a Embaixada americana no Rio de Janeiro resultou em um desastre diplomático. Tulchin, em sua obra *The Aftermath of War*, afirma que o Ministério da Marinha dos EUA era tradicionalmente relutante em enviar pessoal para realizar serviços em

proveito de governos estrangeiros. Todavia o Congresso, por indicação do Departamento de Estado aprovou uma lei para legalizar tal prática em 1920.

Outro fato quase causou um desentendimento entre americanos e brasileiros: as comemorações do primeiro centenário de independência do Brasil, em sete de setembro de 1922. A imprensa brasileira divulgou que o Congresso americano negara fundos solicitados pelo executivo para o envio de uma representação americana ao centenário. O secretário de Estado Hughes considerava a ocasião como uma importante oportunidade de promover a influência econômica na América Latina, embora Harding desse a ela pouca consideração pelo seu significado histórico ou cultural.

Nessa oportunidade, o secretário de Estado Hughes e o secretário da Marinha Denby estavam de acordo em ganhar o contrato naval para os EUA. A Secretaria de Estado ligou a missão com a exposição do centenário no Brasil, e, poucas semanas antes da abertura da exposição, foi anunciado que uma delegação americana chefiada pelo próprio secretário de Estado Hughes viria ao Rio de Janeiro. Quando a exposição abriu os EUA passaram à frente do embaixador britânico.

Já antes, em julho, o governador brasileiro informara oficialmente a Washington que o contrato seria favorável aos EUA. O *Times* londrino, em 20 de setembro de 1922, noticiava

que essa era uma histórica vazante, marcando o “minguante do prestígio britânico” na marinha brasileira.

Entre os delegados norte-americanos estava o capitão-de-mar-e-guerra Vogelgesang, cujo propósito era assistir a Hughes em completar os detalhes finais do contrato naval. O presidente Epitácio da Siva Pessoa terminaria seu mandato em quinze de novembro de 1922, e seu sucessor seria Arthur da Silva Bernardes, de quem os norte-americanos sabiam que não contavam com a mesma simpatia. Em 20 de outubro de 1922, a Missão Naval estava completa, consistindo de 16 oficiais e 19 graduados, tendo, como chefe, Vogelgesang, agora no posto de contra-almirante. Em 6 de novembro de 1922, assinou-se, em Washington, o contrato da Missão Naval Americana, e os primeiros elementos da Missão Naval chegaram, ao Rio de Janeiro, em 21 de dezembro de 1922.

Os ministros da Marinha do Brasil, durante a administração Epitácio Pessoa (28 Jul 19/15 Nov 22) foram os civis Raul Soares de Moura, Joaquim Ferreira Chaves e João Pedro da Veiga Miranda. No Ministério de Relações Exteriores, esteve José Manuel de Azevedo Marques. No governo Arthur da Silva Bernardes (15 Nov 22/15 Nov 26), foi seu primeiro ministro da Marinha o almirante Alexandrino Faria de Alencar. Os norte-americanos tinham forte receio de que este os pudesse prejudicar.

É interessante notar que a Missão Naval Americana teve seu início no

Brasil quando estava, na pasta da Marinha, um civil, o ministro Veiga Miranda. Esse fato torna-se curioso quando se ouve, repetidamente, que os militares brasileiros são “entreguistas” em relação aos EUA. Os termos do contrato foram mantidos como secreto, a pedido do governo brasileiro.

O contrato de 1922 findou em 1926. Foi renovado. Em 1930, uma revolução tomou conta do Brasil. Em seguida, houve uma compressão das despesas em todos os ramos do serviço público. A Missão Naval Americana também sofreu os efeitos dos cortes de gastos. E a Marinha do Brasil ficou privada dessa Missão, inclusive a Escola de Guerra Naval (seu novo nome, a partir de 1930) de seus instrutores norte-americanos. Em 1937, “a Missão Naval Americana é constituída de oito oficiais e cinco suboficiais (sendo um de seus membros instrutor da Escola de Guerra Naval), e funciona como órgão de informação (técnica)”, conforme nos informa o Ministro Guilhem, no seu relatório de 12 de março de 1940.

Por fim, em setembro de 1977, o contrato da Missão Naval Americana foi rescindido pelo governo do Presidente Ernesto Geisel (15 Mar 74 / 15 Mar 79), um militar na Reserva desde 1967, após 55 anos de trabalhos conjuntos. Era ministro da Marinha o almirante-desquadra Geraldo Azevedo Henning. Isso aconteceu cinco meses após haver sido denunciado o Acordo de Assistência Militar Brasil-Estados Unidos da Amé-

rica, por considerar o relatório preparado por órgãos do governo norte-americano sobre a situação interna do Brasil uma violação dos princípios de não-interferência. O Acordo tinha sido celebrado em 15 de março de 1952 e denunciado publicamente em 11 de março de 1977.

Efetivamente, focalizando o nosso interesse neste trabalho, que é Missão Naval Americana, as relações políticas e diplomáticas, no período de 1918 a 1939, que separa as duas grandes guerras, entre o Brasil e os EUA foram bastante satisfatórias. O encerramento da Missão só se deu após o término da Segunda Guerra Mundial, e a sua cessação não significou, de maneira alguma, quebra do bom relacionamento entre os dois países americanos e, muito menos, o respeito entre as duas marinhas.

### **CONSEQÜÊNCIAS SOCIAIS DA PRESENÇA DA MISSÃO AMERICANA (MNA) NO BRASIL.**

A influência do modo de vida americano na sociedade brasileira é anterior à presença do pessoal da Missão Naval Americana no Brasil. Nem sequer pode-se afirmar que mesmo após a sua chegada, em dezembro de 1922, essa

influência teria aumentado. Era reduzido o número de militares norte-americanos e seus familiares que viveram no Brasil, por serem membros da Missão Naval, comparado com o de habitantes do Rio de Janeiro e do país. O efeito psicossocial do cinema, da literatura, da música, da tecnologia, das universidades, da imprensa, das artes, do vestuário, do carro, do uso da língua no comércio exterior, já era presente e crescia de importância na vida do homem médio brasileiro e, até, da europeista elite nacional, quando o pessoal da MNA aportou na baía da Guanabara.

Todavia, os componentes da MNA, nos seus anos de íntimo contato com os militares da Marinha do Brasil, também contribuíram, através de seus exemplos no trabalho e dos relacionamentos de amizade nas horas de lazer, para deixar a marca registrada dos EUA nos seus companheiros brasileiros. A imitação de alguns uniformes, a cópia de especificações de equipamentos de uso pessoal, a instrução técnica e tática, o emprego de imagens na instrução, os códigos de comunicação, enfim, os marinheiros norte-americanos trabalhando junto com os brasileiros também motivaram conseqüências sociais, principalmente naqueles que tiveram oportunidade de fazer curso nos EUA, e, portanto, conviveram com costumes e padrões sociais um tanto diferentes daqueles a que estavam acostumados.

## CONSEQÜÊNCIAS ECONÔMICAS

Em 1914, quando eclodiu a guerra na Europa, o Brasil mantinha relações bastante cordias com os países beligerantes daquele continente. A Inglaterra era o principal parceiro econômico do Brasil, seguida da Alemanha, e, em terceiro lugar, da França.

Todavia, a influência comercial dos ingleses no Brasil já se fazia sentir desde o tempo de colônia de Portugal. Fortaleceu-se no século dezoito. Na primeira década do século vinte, havia uma onipresença da Inglaterra nas atividades econômicas do Brasil, com repercussões nos setores político, diplomático, psicossocial e naval. Porém, durante a Primeira Guerra Mundial, o o grande rival da preponderância econômica inglesa no Brasil foram os Estados Unidos da América. O contrato para a instalação da Missão Naval Americana concorreu para o fortalecimento do poder econômico norte-americano junto ao Brasil, assim como a presença da MNA teve conseqüências no campo econômico do Brasil e dos EUA.

Já em 4 de março de 1922, o embaixador americano no Rio de Janeiro, Edwin Morgan, escrevia para Hughes, Secretário de Estado: "Nosso prestígio naval pode ser seriamente rebaixado se a missão for britânica em vez de americana e haverá pouca possibilidade de firmas americanas conseguirem

contratos para doca, arsenal e novas unidades navais que deverão ser estabelecidas após o advento da instalação da missão."

Quando Hughes navegou para o Brasil, o então Diretor da União Pan-Americana, John Barret, descreveu o secretário de Estado como o "enviado de um novo Pan-americanismo", como se pode ler no *New York Tribune*, de 20 de agosto de 1922. Na exposição do centenário da independência do Brasil, os homens de negócio mostraram as últimas maravilhas tecnológicas, como grandes modelos de bulbos de luz elétrica, e estimularam a loucura radiofônica, montando uma estação de transmissão rádio no Corcovado. Ainda, dois encouraçados contribuíram para divulgar a tecnologia americana, no Brasil.

Durante todo o tempo de permanência dos membros da Missão Naval Americana, mesmo não havendo uma influência específica no campo econômico entre as trocas do Brasil e dos EUA, houve conseqüências nessa área, em função do assessoramento nos diversos planos de construção naval, na aquisição de material bélico norte-americano, nas especificações durante o planejamento para compra ou construção de navios, na metodologia do sistema logístico e na organização combatente das forças navais, tais como a de submarinos, aérea, de minagem e varredura, anti-submarino e de fuzileiros navais.

Para assegurar os aspectos acima mencionados bastaria a premonição do embaixador norte-americano Edwin Morgan, em 1917, advogando uma missão americana para o Brasil, quando afirmou que ela não teria somente valor estratégico e político, mas também traria benefícios para o comércio americano.

### ASPECTOS MAIS IMPORTANTES NO CAMPO MILITAR

A Missão Naval Americana não teve ingerência direta nas atividades bélicas da Marinha do Brasil na Segunda Guerra. Nem era esse o propósito de sua presença no Brasil, e, muito menos, o desejo dos brasileiros. Pelo contrário. Contudo a influência da doutrina norte-americana, suas técnicas e táticas disseminadas através da Escola de Guerra Naval, dos manuais à disposição dos brasileiros, e dos cursos realizados por militares do Brasil na Marinha dos EUA, e para os fuzileiros navais, inclusive, no exército americano, teve profundas conseqüências no desenvolvimento do pensamento e da conduta dos marinheiros e fuzileiros navais brasileiros, no campo militar.

Certas atividades que, isoladamente, podem parecer pertencer à área de organização ou econômica, pelas suas

conseqüências, ou pelo efeito, agem principalmente em proveito do campo militar. Assim foi, por exemplo, logo em junho de 1924, quando o presidente Bernardes anunciou um programa naval ambicioso. Sem nos determos nos pormenores de sua realização, constatamos que o então chefe da MNA, almirante Vogelgesang influenciou, com muito empenho, para que o governo brasileiro tivesse sucesso. A chamada Segunda Reforma Alexandrino, que inclusive alterava a organização administrativa do Ministério da Marinha, foi calcada em um plano elaborado pela MNA. Essa estrutura administrativa durou de 1923 a 1934. A estrutura administrativa, que teve vigência de 1952 a 1968, conhecida como Reforma Guillobel, foi inspirada no sistema binário, então existente no Departamento da Marinha dos EUA. A influência da mentalidade da marinha norte-americana se faz sentir também, no posicionamento de se manter os maquinistas constituindo quadro especial, ou tornarem-se uma especialidade do quadro ordinário dos oficiais da Armada. Prevaleceu o sistema americano, que existia desde 1899. E, assim, diversos oficiais maquinistas, puderam prestar brilhante concurso na administração e nas operações navais. Oficialmente, na Marinha do Brasil, encontra-se registro da atuação da MNA no adestramento dos navios de guerra brasileiros, conforme se lê no relatório de junho de 1932, do Ministério Protógenes, quando



afirma que as guarnições dos encouraçados foram submetidas a intenso exercício, atendendo a orientação sugerida pela MNA. Em 18 de agosto de 1923, foi dada nova organização aos arsenais da Marinha e criada a Escola Técnica do Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro, por sugestão da MNA. Mais uma vez, em março de 1927, a MNA assessora o estado-maior da Armada na reorganização das forças navais brasileiras, conforme o Relatório de maio de 1927, do ministro, contra-almirante Arnaldo Siqueira Pinto da Luz. A consequência da MNA se fez sentir também no aspecto logístico da formação de uma reserva naval a que a Marinha do Brasil recorresse em caso de mobilização. Ainda a MNA influenciou, em 1923, na reestruturação da Escola Naval, dos Estados-maiores das Forças Navais, do Conselho do Almirantado, do Estado-Maior da Armada, da Escola de Guerra Naval e das Capitânicas dos Portos.

Enfim, pode-se afirmar que, graças à ação da MNA, o advento da Segunda Guerra Mundial encontrou a Marinha de guerra brasileira em condições mais adequadas para enfrentar os problemas decorrentes do conflito mundial. Também, influiu na disposição dos marinheiros brasileiro e, em consequência, de todo o País, de se posicionar do lado do nosso tradicional aliado, os EUA, inclusive militarmente.

## CONCLUSÕES

Uma das conseqüências da participação do Brasil, em especial da Marinha de Guerra brasileira, na Primeira Guerra Mundial foi o conhecimento de que o preparo para uma guerra não se improvisa. A guerra é um assunto para profissionais. Deve ser preocupação constante e metódica. O seu efeito foi o levantamento da necessidade do assessoramento da Missão Naval Americana à Marinha do Brasil. O contra-almirante Machado da Silva, em reunião do almirantado, no dia 28 de outubro de 1921, defendendo o contrato com a MNA, afirmava: "...ou a Marinha se reconstitui ou se dissolve". E ainda, "É a teoria de Von Moltke, o maior mestre da guerra, que nós colhemos os melhores ensinamentos na nossa própria experiência, mas, como esta é sempre muito limitada, nós aprendemos a guerra na experiência dos outros". Logo, a marinha mais antiga da América do Sul optou pela aliança com os norteamericanos à incerteza do despreparo.

Se o Brasil mostrou-se favorável aos EUA, esses também tinham razões de sobra para mostrar gratidão aos brasileiros. Lembremo-nos das palavras do almirante Vogelgesang, no dia de seu desembarque no Brasil: "...O nosso país tem recebido várias vezes distinções e cortesias extraordinárias do povo e do governo do Brasil. É assim que, por ocasião de centenário da nossa independência, em 1876, foi o Brasil o único

país do mundo que mandou aos Estados Unidos da América, como seu representante extraordinário, Sua Majestade o Imperador D. Pedro II. Foi ainda um navio de guerra brasileiro que, a 4 de julho de 1776, na baía de *Delaware*, salvou pela primeira vez a nossa bandeira. Quando os Estados Unidos da América do Norte anunciaram ao mundo a doutrina de Monroe, foi o Brasil o único país da América que aceitou essa doutrina, propondo então uma aliança com o mesmo objetivo; e, ainda há pouco, esteve o Brasil aliado aos Estados Unidos na guerra contra a Alemanha...”

No tocante à presença da MNA no Brasil não se pode afirmar que houve erros consideráveis, no período entre as duas Guerras Mundiais, que mereçam registro especial. Ao contrário, como uma das conseqüências da amizade Brasil-EUA, que a MNA ajudou a consolidar, tivemos a entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial, que o notável historiador naval Samuel Elliot Morrison considerou como “um evento de grande importância”. No seu livro *A Batalha do Atlântico, 1939-1943* ele afirma que, sem o auxílio do Brasil, teria sido impossível fechar os estreitos do Atlântico. O historiador Frank D. Mc Cann Junior, no seu livro *A aliança brasileiro-americana 1937-1945*, declara o importante papel da Missão Naval colocando uma forte coluna de sustentação na confiança e amizade mútua nos anos que precederam a guerra.

Concluindo, uma lição a ser tirada, do relacionamento da Marinha do Brasil com a MNA, é que a melhor maneira de se evitar crises internacionais é manter estreito contato com aqueles com que precisamos conviver, quebrando as desconfianças e, através do conhecimento mútuo, criar um clima de camaradagem, como o que conseguimos nos quateis, navios e aeronaves militares, quando temos que trabalhar em equipe e solidariamente. Façamos votos de que um dia todos os militares do mundo vistam um único uniforme, os historiadores militares só tenham que falar do passado, e os estrategistas tenham que se preocupar somente com histórias de ficção.

## BIBLIOTECA CONSULTADA

BEVANS, Charles I. “*Treaties and other international agreements of the United States of America. 1776-1949*”. Volume 5. Department of State, EUA.

BRASIL. Ministério da Marinha. *História Naval Brasileira; a Marinha brasileira no período entre as guerras (1918-1942)*. Vol. 5, Tomo II. Serviço de Documentação Geral da Marinha, Rio de Janeiro, 1985.

BRASIL. Ministério da Marinha. *Relatório apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo Dr. João Pedro da Veiga Miranda, ministro de Estado dos Negócios da Marinha, outubro de 1922*. Imprensa Naval, Rio de Janeiro, 1922.

BRASIL. *Diversos Relatórios apresentados ao Presidente da República dos*

*Estados Unidos do Brasil por diferentes Ministros de Estado dos Negócios da Marinha, em 1923, 1928, 1929 e 1930.* Imprensa naval, Rio de Janeiro.

BUCKLEY, Thomas H. *The United States and the Washington Conference, 1921-1922.* University of Tennessee Press, KNOXVILLE, 1974.

BURNETT, Douglas Randolph (Lientenante, U.S. Navy). *Pass in Review - The United States Naval Mission to Brazil, 1922-1977.*

CALÓGERAS, João Pandiá. *Problemas de administração.* Companhia Editora Nacional, São Paulo, 1938.

CAMINHA, Herick Marques. *História Administrativa do Brasil; Organização e administração do Ministério da Marinha.* Vol. 15. Fundação Centro de Formação do Servidor Público, Brasília, e Serviço de Documentação Geral da Marinha, Rio de Janeiro. 1986. 479 páginas.

CAMINHA, Herick Marques. *História Administrativa do Brasil; Organização e administração do Ministério da Marinha na República.* Vol. 36. Fundação Centro de Formação do Servidor Público, Brasília e Serviço de Documentação Geral da Marinha, Rio de Janeiro, 1989. 513 páginas.

ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA. Office of Naval Intelligence. Navy Department. *Monthly Information Bulletin* Nº 6 - 1922. 15 Jun 22. Government Printing Office, Washington, 1922.

ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA. Navy Department Office of Naval Intelligence. *Monthly Information Bulletin.* Nº 10 - 1922, 15 outubro, 1922; nº 1, janeiro, 1923; volume IX - nº 2, agosto, 1926; e volume XII - nº 4, outubro, 1929. United States Government Printing Office, Washington.

ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA. *Annual Reports of the Navy Department, for the fiscal year 1922.* Government Print-

ing Office, Washington, 1923.

ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA. Department of State. *Papers Relating to Foreign Relations of the United States, 1922.* 2 v. Volume I. United States Government Printing Office, Washington, 1938.

ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA. Department of State. *Papers Relating to Foreign Relations of the United States, 1924.* 2v. Volume I. United States Government Printing Office, Washington, 1939.

ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA. Department of State. *Papers Relating to Foreign Relations of the United States, 1926.* 2v. Volume I. United States Government Printing Office, Washington, 1941.

ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA. Department of State. *Papers Relating to Foreign Relations of the United States, 1930.* 3v. Volume I. United States Government Printing Office, Washington, 1945.

ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA. Foreign Relations of the United States. Diplomatic Papers. 1937. 5v. Vol. V. *The American Republics, 1954.*

ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA. United States Naval Institute. *Proceedings.* Vol. Nº 49 - Nº 3 - março, 1923 - Whole Nº 241; Vol. Nº 49.

FROTHINGHAM, Thomas G. (Captain USR). *The Naval History of the World War. The United States in the War 1917-1918.* Harvard University Press, Cambridge, 1927. 310 páginas.

FRANCO, Afonso Arinos de Melo. *Um estadista da República: Afrânio de Melo Franco e seu tempo.* Ed. José Olympio, Rio de Janeiro, 1955.

HILTON, Stanley E. *Brazil and the Post-Versailles World: Elite Images and Foreign Policy Strategy, 1919-1929.* Journal of Latin American Studies, nº 12, 1980.

KRENN, Michael L. *Lions in the Woods; the United States Confronts Economic Na-*

*tionalism, 1917-29.* Rutgers University 1985, Tese de Doutorado.

MIRANDA, João Pedro da Veiga (Engenheiro, Ministro da Marinha). *Quatorze meses na Pasta da Marinha.* In Coleção Jaceguay. Vol. 12 Serviço de Documentação Geral da Marinha, Rio de Janeiro, 1982.

RODRIGUES, José Honório. *Interesse nacional e política externa.* Editora Civilização Brasileira S.A., Rio de Janeiro, 1966.

SMITH, Joseph. *Unequal Giants - Diplomatic Relations Between the United States and Brazil, 1889-1930.* University of Pittsburgh Press.

SPROUT, Harold and Margaret. *The Rise of American Naval Power: - 1776-1918.*

Princeton University Press, Princeton, New Jersey, EUA 1946. 404 páginas.

VALE, Brian. *Estratégia, Poder Marítimo e Criação da Marinha do Brasil (1822-23).* in Navigator - Subsídios para a História Marítima do Brasil. Serviço de Documentação Geral da Marinha, dezembro de 1971.

VINHOSA, Francisco Luiz Teixeira. *O Brasil e a Primeira Guerra Mundial: a diplomacia brasileira e as grandes potências.* Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Rio de Janeiro, 1990. 257 páginas.

WESTCOTT, Allan e outros. *American Sea Power Since 1775* Ed. J. B. Lippincott Company, Chicago, Philadelphia, New York, 1947. 609 páginas.



DINO WILLY COZZA, nasceu em São Paulo-SP, em dezoito de setembro de 1935. Serviu à Marinha por quarenta anos, estando agora na Reserva, no Posto de Capitão-de-Mar-e-Guerra do Corpo de Fuzileiros Navais. Na ativa, participou de 21 cursos, inclusive o de Política e Estratégia Marítima, da Escola de Guerra Naval. É membro efetivo da Associação Brasileira de Educação, sócio fundador do Centro Brasileiro de Estudos Estratégicos, sócio efetivo remido da Sociedade Brasileira de Geografia, Ordem dos Jornalistas do Brasil, Cenáculo Brasileiro de Letras e Artes, Instituto de Geografia e História Militar do Brasil, Academia Maçônica de Letras, Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro, e sócio-correspondente do Instituto Histórico, Geográfico e Genealógico de Sorocaba. Possui vinte trabalhos publicados em boletins, cadernos, revistas e anais.